

## “Sem medo dos dragões que ficaram para trás nem dos tigres à frente”<sup>1</sup>: coletivização e o Grande Salto Adiante chinês

Paula Nabuco. IBMEC

**Resumo:** A partir da segunda metade do século XX a China deu início a um esforço de transição ao socialismo que compreendeu um enorme esforço de ampliação da produção e reestruturação da estrutura fundiária e do trabalho no campo. Os grandes marcos deste processo são: a coletivização no campo com a constituição das comunas e o Grande Salto Adiante, que foi um aprofundamento do processo de coletivização combinado com um esforço de industrialização no campo. Seu caráter e suas implicações para a vida e para reprodução da população chinesa são o tema deste artigo

**Abstract:** Since the second half of the Twentieth century China has gone through a process of transition to socialism that included a huge effort of added growth and restructuring of the land structure and labour in the countryside. The most important moments of this process are the collectivization with the built of the communes and the Great Leap Forward, that deepened the collectivization process and wanted to promote the industrialization in the rural areas. Its character and implications for the Chinese people's lives and reproduction are the subject of this paper.

**Palavras-chave:** China, Campo, Coletivização, Grande Salto, Camponeses.

---

<sup>1</sup> Esta expressão foi usada por Mao para defender a implementação imediata da coletivização no campo e criticar os setores do Partido Comunista que afirmavam que as condições para a construção do socialismo na China deveriam ser cuidadosamente planejadas e as respectivas metas obtidas. Mao, ao contrário, dizia que essa política em si atrapalhava o avanço da construção socialista. A expressão aparece em um relatório de Mao aos comitês do partido sobre a coletivização, de 1955.

## INTRODUÇÃO

Em 1949 os latifundiários chineses detinham 70% das terras cultivadas do país e representavam cerca de 10% da população rural. Em junho de 1950 foi promulgada a Lei de Reforma Agrária, que contava com 16 artigos, e tinha sido um importante elemento de mobilização entre os camponeses que apoiaram o Exército Popular de Libertação<sup>2</sup> na luta contra os invasores japoneses, nas regiões ocupadas pelos comunistas. Este projeto ficou conhecido como *fanshen* (翻身)<sup>3</sup> e além da distribuição de terras, compreendia estudos de agronomia, mudanças nas relações entre os sexos, e um esforço de alfabetização dos camponeses.

Os responsáveis administrativos de cada vilarejo chinês ficaram responsáveis pelo levantamento do volume de terras para distribuição local, registro de toda a terra disponível e posterior cálculo da extensão de terras per capita. No caso do delta do Yangtse a proporção era de 2,5 a 3 mu<sup>4</sup>. Em outras regiões da China, essa taxa era mais baixa, como no norte do país (dependendo da província, algo entre 2 e 1 mu). Os camponeses que tivessem mais terras que a média da região teriam parte de suas terras expropriadas e redivididas. Além da terra, os responsáveis locais também deveriam expropriar e redistribuir animais usados no plantio, implementos agrícolas, casas e mobília, as chamadas “quatro grandes propriedades”.

De acordo com as regras fixadas por Beijing<sup>5</sup>, cada uma das residências no campo deveria sugerir a própria classificação de classe, que estaria sujeita à revisão e aprovação dos dirigentes locais. Na China pós-revolução a classificação mais desejável era “camponês pobre”, já que isso significava não ser um contra-revolucionário e não ter qualquer propriedade. Praticamente todas as residências reivindicavam essa

---

<sup>2</sup> Este foi o nome dado às forças armadas dirigidas pelo Partido Comunista Chinês durante a resistência contra a invasão japonesa e luta contra os nacionalistas, que depois da revolução passou a ser o exército da República Popular da China.

<sup>3</sup> Em chinês, contar com as próprias forças, emancipação. Por conta das dificuldades impostas pela estrutura lingüística chinesa optamos por colocar algumas expressões representadas também por ideogramas, para evitar qualquer confusão.

<sup>4</sup> Mu é a unidade de medida fundiária da China. Um mu equivale a 0,667.

<sup>5</sup> Todos os nomes chineses são usados aqui segundo a grafia em Pin Yin, sistema chinês para romanização da língua usado a partir de 1979. Pin Yin significa som da transliteração. Apenas em alguns casos muito conhecidos na grafia Wide-Gales (como o do Rio Yangtsé) mantivemos o uso do sistema de transliteração antigo.

classificação<sup>6</sup>. Ainda que a classificação incluísse a auto-declaração e posterior análise, faz sentido afirmar que essa classificação não era apenas a mais desejável, era efetivamente aquela na qual a maioria dos camponeses se enquadrava. Eles também poderiam ser classificados como “camponeses médios abastados” ou “camponeses médios mais pobres”, que constituíam o grupo dos “camponeses médios”<sup>7</sup>. Além desses, havia os “camponeses ricos” e os “senhores de terra” no topo do sistema de classificação adotado no período da reforma agrária. A classificação atribuída aos camponeses nesta época nunca os abandonaria, e seria usada com toda força durante os anos da Revolução Cultural.

Em outras regiões, onde a concentração de terra era considerável e a venda da força de trabalho para os senhores de terras era prática cotidiana, a reforma agrária significou a erradicação das relações de trabalho assalariado e o fim dos pagamentos de renda da terra aos grandes proprietários. Mesmo nos locais onde a reforma agrária ocorreu sem grandes enfrentamentos ela trouxe mudanças, equalizou o tamanho das propriedades e estabeleceu as bases para o recolhimento de tributos pelo novo Estado chinês. As relações internas, no vilarejo, poderiam, em alguns casos, permanecer as mesmas, mas no que diz respeito às suas relações com o “exterior” tudo mudara, depois de séculos de isolamento político, os vilarejos passaram a ter seu cotidiano afetado pelo que acontecia no restante do país de forma direta.

Há um antigo ditado chinês que diz: “O céu está lá no alto e o Imperador está em Beijing.” Esse ditado era usado para denotar a imensa distância percebida pela população entre o que o soberano decidia ou fazia e o que efetivamente afetava suas

---

<sup>6</sup> O elemento básico da estrutura social chinesa, desde os tempos do Império, e também durante as primeiras décadas da República Popular, era a residência ou a família e não o indivíduo. O país contava e conta com registros dos indivíduos, mas sua vinculação é com a residência e esse laço só se enfraqueceria em alguma medida a partir de meados da década de 1980, tema que será retomado adiante. Para os fins desse capítulo é importante destacar que desde a divisão de terra, passando pela remuneração, com a posterior coletivização, até a responsabilização política eram feitas com base na família (considerando, inclusive, os antepassados e históricos familiares) e/ou residência.

<sup>7</sup> Há mais de uma tradução do chinês para o inglês desses termos. O que traduzimos como “camponeses médios abastados” são chamados na literatura em inglês de *well-off middle class peasant* e também de *upper middle peasant*, mas há apenas um termo em chinês para defini-los. No caso de camponeses médios pobres costuma aparecer apenas uma tradução em inglês, *lower middle peasant*. Os originais em chinês de todos os termos constam no glossário, para evitar potenciais confusões com a classificação de classe adotada pelos chineses. Como veremos na última parte deste trabalho, a semântica tem grande peso, especialmente nesta definição, causando confusão na interpretação ocidental dos termos adotados na China.

vidas. Esse ditado também era usado para afirmar que dificilmente o soberano tomaria conhecimento do que ocorria no país. Com a vitória do PCCh sobre o Guomindang (国民党) e a fundação da República Popular isso mudaria drasticamente. A atuação do Estado, sua fiscalização e o próprio partido estariam presentes mesmo nos menores vilarejos da China, em um curto período de tempo. A estrutura do partido operava em paralelo a do Estado; quando a expropriação e redistribuição de terras foram concluídos, o partido passou a contar com estruturas em cada pequeno vilarejo da China.

Em 1952 o governo já tinha conseguido distribuir 47 milhões de hectares, 50% das terras cultivadas, atendendo 60% da população rural, cabendo a cada família cerca de 1,5 mu. O governo também deu isenções sobre pagamentos de arrendamentos. Apesar das condições de vida dos camponeses terem melhorado de um modo geral, a situação ainda era bastante difícil, quase não havia animais para os serviços de tração, poucos arados e apenas uma roda de bombeamento de água para cada 17 famílias. (MARCONI, 1999) Outra dificuldade era a dispersão das propriedades, que tornava impraticável o uso de equipamentos agrícolas mais modernos; com isso, a produtividade era baixíssima. Mesmo depois da reforma agrária, os antigos senhores de terra ricos, pouco a pouco, retomavam seus privilégios, em função do capital que já tinham acumulado, de suas relações com comerciantes, experiência com a produção agrícola e etc.

Além da reforma agrária, o Estado chinês estabeleceu em 1953 as chamadas três políticas fixas, de produção fixa de grãos, compra de grãos (*tonggou* 统购) e venda (*tongxiao* 统销). Essas foram primeiras medidas para controlar e regular o comércio rural. A demanda por grãos crescera com o aumento da população urbana e de trabalhadores na indústria e essa era uma tendência considerando os esforços para industrializar a China que orientariam o primeiro plano quinquenal e suas versões subsequentes<sup>8</sup>. O novo Estado em construção queria muito mais que extrair excedente

---

<sup>8</sup> O próprio Mao admitiria que na fase inicial do esforço de transição a China não tinha muita alternativa a não ser seguir o exemplo soviético, dada a inexperiência dos revolucionários chineses na administração da economia e do país. Sobre isso ver Teiwis (1987) e Liu (2006).

do campo via tributos, ele pretendia reorganizar e desenvolver a estrutura agrária da China segundo seu programa de “transformação socialista”<sup>9</sup>.

As cotas estabelecidas para a compra de grãos a preços fixos pelo Estado consideravam as necessidades de fornecimento no país, as condições das colheitas e eram definidas no topo da estrutura do Estado e distribuídas até a menor unidade administrativa chinesa. Cada um dos níveis fixava a cota que seria requerida ao imediatamente inferior. Dado o problema de oferta que fez com que o Estado adotasse a política de cotas, as metas iniciais foram fixadas no limite do suportável para os camponeses. Com a política dos “três fixos” os camponeses perderam toda autonomia para tomar decisões a respeito do que produzir e sobre como vender a produção. O peso diminuiria com os bons resultados obtidos nos anos posteriores, gerados por incrementos na produtividade, mas continuaria grande ainda assim.

Esse elevado grau de controle acabou por pressionar as pequenas unidades familiares camponesas a aderirem às estruturas coletivizadas. Há, na literatura, muito debate a respeito da “ausência” de resistência ao processo de coletivização chinês em comparação com o soviético, que gerou enfrentamentos no campo que não ocorreram na China. (HUANG, 1990; LIU, 2006; SHUE; 1976; KUEH, 2006; LARDY, 1987) O fato é que no caso chinês, dada a vasta população, a ausência (ou pequena quantidade) de máquinas e animais para uso no plantio e colheita e a pressão exercida pelas taxas fixadas para os vilarejos, os camponeses acabavam por considerar mais fácil a associação na produção, até porque eles já precisavam compartilhar diversos itens (como ferramentas) de qualquer maneira.

Os camponeses tinham que pagar o montante fixado mesmo que isso deixasse a família sem o suficiente para consumo próprio e como as estruturas coletivas eram priorizadas pelo Estado a chance disso acontecer participando de uma delas era menor do que na produção familiar individual. Ademais, havia por parte dos camponeses uma boa expectativa em relação ao Estado dirigido pelos comunistas, depois de tantas crises e dificuldades geradas pela invasão japonesa e pela luta contra os nacionalistas; os

---

<sup>9</sup> Esse era o nome dado pelo PCCHh às mudanças planejadas no processo de construção do socialismo na China.

comunistas contavam com o apoio da população chinesa, que se ampliou ainda mais com a reforma agrária. (LIU, 2006)

No início da primeira década da República Popular, já havia um intenso debate sobre a adoção ou não do modelo soviético, de coletivização no campo, para muitos, a única forma de garantir o abastecimento requerido para alimentar a população chinesa e assegurar a geração de excedente. Além disso, havia o entendimento de que o aprofundamento da coletivização no campo representava um passo fundamental no processo de “transformação socialista”. Ainda que os resultados do Primeiro Plano Quinquenal fossem bastante satisfatórios, a carência de diversos itens ainda era crônica. A coletivização era considerada um caminho para solucionar esses problemas e o método para fazer avançar o socialismo no campo chinês, sob inspiração soviética.

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas e da estreita vinculação (ou mesmo dependência) do avanço da indústria com a agricultura, o financiamento da industrialização dependia dos preços baixos impostos pelo governo para a produção agrícola. No final do plano, o consumo de alimentos tinha melhorado significativamente em relação a 1930, ainda que este aumento no consumo fosse mais expressivo nas áreas urbanas.

### ***A COLETIVIZAÇÃO***

Em 1956, o país estava concluindo o processo de coletivização, com profundas transformações institucionais, sociais e novas formas de organização do trabalho no campo. Apenas entre meados de 1955 e o decurso do ano de 1956 o número de famílias que atuavam no sistema coletivo passou de 16,9 milhões (14,6% do total) para 109,4 milhões (91,2% do total), esse período ficou conhecido como a “grande transformação socialista no campo”. (LIU, 2006)

Apesar do processo de coletivização chinês ter sido muito influenciado pela experiência soviética e guardar muitas semelhanças com ela, especialmente no que se refere à ênfase na indústria pesada, o caso chinês tem muitas diferenças em relação ao que acontecera 20 anos antes na URSS, especialmente no que se refere ao tratamento dispensado à indústria leve e investimentos na agricultura que eram grande preocupação

dos dirigentes chineses. Essa postura não estava relacionada apenas com as diferenças entre a China e a União Soviética, com o desenvolveram métodos e instituições próprias pelos chineses para conduzir o processo. Ademais, o próprio método de realização da reforma agrária, tanto durante a luta dos comunistas, quanto logo depois da fundação da República Popular, assim como as limitações em relação a fertilizantes, recursos e instrumentos de trabalho em geral pelos camponeses chineses criaram condições muito mais favoráveis para a aceitação da coletivização na China do que ocorrera na União Soviética. A rapidez e relativa tranquilidade com que as estruturas coletivizadas se estabeleceram foram consideradas uma grande vitória pelo partido. (KUEH, 2006; LIU, 2006)

Não só a coletivização tinha em certo grau sido preparada pela reforma agrária como o próprio partido estabeleceu diretrizes segundo as quais o processo deveria ser gradual. Em 1955, Mao enumerava os passos necessários para a plena coletivização e construção do socialismo no campo e defendia a não imposição das estruturas coletivizadas. Segundo ele, tanto os quadros do partido quanto os camponeses mudariam no decorrer da experiência de transformação socialista, e através dela se tornariam mais competentes e comprometidos. A determinação do partido era que grandes grupos de quadros, depois de submetidos a um curto período de treinamento, fossem enviados ao campo para orientar e dar assistência ao movimento de organização e esperava-se que eles aprendessem com os camponeses tomando parte no movimento. (MAO, 1955) Esse procedimento provocou tensões no campo chinês, visto que os quadros enviados às zonas rurais raramente conheciam a rotina agrícola e muitas vezes queriam adotar métodos que se chocavam com as concepções dos camponeses, o que provocou choques entre os jovens que costumavam vir das cidades e os trabalhadores locais.

Em seu discurso “Sobre a transformação cooperativa da agricultura”<sup>10</sup> de julho de 1955, considerado a pedra fundamental da orientação partidária sobre o processo de coletivização na China, o líder chinês procurava dissipar as dúvidas de outros membros

---

<sup>10</sup> Esse discurso e o de 1953 sobre “A linha geral do partido para o período de transição socialista” se tornaram referências fundamentais para o partido e os dirigentes locais a respeito do processo de coletivização no campo chinês.

da direção do PCCh mostrando que elas eram infundadas e que os registros de crescimento do processo de coletivização mostravam seu sucesso. Ainda segundo Mao, o trabalho de organização no campo entre os anos de 1955 e 1956 seriam cruciais para construção do socialismo no campo chinês.

A partir de outubro de 1954, segundo decisão do comitê central do Partido Comunista Chinês, o número de cooperativas deveria crescer 500% de 100.000 para 600.000 e em 1955 elas atingiram a marca de 670.000. Em 1955, depois de alguns ajustes, o número era de 650.000 e o de camponeses nessas cooperativas era de 16,9 milhões, cada uma com 26 famílias em média. Essas cooperativas estavam mais concentradas no norte do país, em regiões que passaram primeiro pela reorganização promovida pelas forças do Exército Popular de Libertação. Em geral, essas cooperativas eram pequenas, em alguns poucos casos, cooperativas maiores reuniam 80 ou 70 famílias, chegando a até 100. Segundo Mao, essas cooperativas eram majoritariamente “quase socialistas”, com algumas delas em estágio mais avançado de cooperativas de “natureza socialista”. (MAO, 1955; 1953)

O objetivo era que durante o segundo e terceiro planos quinquenais esse número continuasse crescendo. Ainda em 1955 foi definido que o número de cooperativas agrícolas deveria chegara a 1 milhão, o que foi duramente criticado por Mao, que considerava esse número muito tímido. A preocupação do comitê central em acelerar o andamento do processo de coletivização incomodava o líder chinês, cuja expectativa era dobrar o número de cooperativas para 1,3 milhão atingindo todo o campo da China, excluindo apenas algumas regiões de fronteira com acesso mais difícil. De acordo com Mao:

[...] haverá uma ou mais pequenas cooperativas agrícolas de pequenos produtores de natureza semi-socialista que servirá de modelo para cada uma das townships. Em um ano ou dois essas cooperativas terão experiência e se tornarão antigas e as pessoas aprenderão com elas. Ainda faltam 14 meses entre hoje e a colheita do outono de 1956, e deverá ser possível concluir o plano de estabelecimento das cooperativas. É verdade que nem a industrialização socialista nem a transformação socialista são fáceis. Mudar 110 milhões de unidades familiares da estrutura agrária individual para uma coletiva e então atingir uma transformação técnica da agricultura certamente envolve e abriga muitas dificuldades. Mas nós devemos ter confiança na

habilidade do partido para liderar as massas e superá-las.  
(MAO, 1955)

Para o dirigente chinês, a construção do socialismo passava pela superação da pequena estrutura de produção camponesa chinesa e sua sociabilidade, baseadas na produção familiar. No entendimento dos líderes revolucionários chineses, a estrutura social chinesa baseada no campesinato (mais de 85% da população do país na ocasião da fundação da República Popular<sup>11</sup>) era o atraso a ser superado. A reforma agrária era apenas o primeiro passo no processo de transformação das relações no campo chinês ou a construção do socialismo significava a coletivização da estrutura produtiva no campo e mais que isso, a coletivização da vida no campo, superando a sociabilidade camponesa, não apenas sua forma de produzir. A divergência entre Mao Zedong do partido comunista chinês e seus companheiros no comitê central não dizia respeito ao seu entendimento sobre o conteúdo da transformação socialista e à necessidade de rompimento da estrutura camponesa, vista como arcaica e profundamente identificada com a China Imperial, mas aos passos a serem adotados no processo, e mais importante, a velocidade de sua implementação.

Segundo Mao, socialismo viria, no caso chinês, com o aprofundamento do processo de coletivização, e quanto maiores as estruturas das cooperativas montadas no decorrer do biênio 1955-56 mais próximas elas estariam do socialismo, segundo a interpretação do PCCh. Ainda que isso não fosse comum na prática cotidiana dos quadros do partido e dos camponeses, Mao manifestava preocupação com o processo de convencimento dos camponeses sobre a coletivização. Ele destaca no mesmo documento, citado anteriormente, que os camponeses só deveriam se juntar às estruturas coletivas se concordassem, que nenhum chinês deveria ser obrigado a aderir ao processo. Mais que isso, Mao acreditava que o sucesso da coletivização seria mais do que suficiente para persuadir os camponeses a participarem<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Em 1952 a população urbana chinesa correspondia a 13% da população chinesa. Em 1978 ela tinha crescido para apenas 17,92% da população, apesar de terem ocorrido grandes oscilações durante o período compreendido entre ambos os levantamentos. (CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 2009)

<sup>12</sup> Na prática a pressão política para adesão às comunas era enorme e dificilmente os camponeses se recusavam ou manifestavam abertamente divergências em relação a sua constituição.

Mao destacava a importância da aliança operário-camponesa, construída na luta revolucionária contra o imperialismo e o feudalismo<sup>13</sup>, que promoveu uma revolução que tomou a terra dos senhores de terra e a distribuiu aos camponeses para libertá-los da propriedade feudal, mas ainda sob uma aliança democrático-burguesa. Segundo ele, o que a China produziu após essa etapa foi uma estrutura de propriedade capitalista que ainda comportava camponeses ricos e uma imensidão de camponeses individuais com propriedade privada<sup>14</sup>. A grande preocupação de Mao era que essas forças capitalistas estariam se espalhando pelo interior do país e que alguns camponeses médios estavam paulatinamente se tornando camponeses ricos e que camponeses pobres não haviam saído de sua condição por falta de meios de produção disponíveis, sendo, inclusive obrigados a vender seus direitos de uso da terra (Mao usa o termo propriedade). A continuar essa tendência, Mao antevia a polarização do campo chinês, trazendo de volta velhas contradições e provocando o rompimento da aliança operário-camponesa na China.

A expectativa era de que essas grandes estruturas conseguissem converter cerca de 500 milhões de mu de terras não agricultáveis em terras agricultáveis ao longo do mesmo período. Uma ampliação do volume de terras agricultáveis contribuiria para resolver o problema de fornecimento de grãos e matéria prima para a indústria chinesa, evitando que esse problema de abastecimento inviabilizasse o avanço da industrialização o país.

A transição socialista, de acordo com o dirigente chinês, pressupunha a posse estatal dos meios de produção, mas requeria ainda a incorporação de tecnologia e a implementação da produção em larga escala com adoção da maquinaria em substituição ao tradicional artesanato chinês e que os dois processos - a transição agrícola e industrial - precisavam caminhar juntos. O processo de coletivização era visto como o passo anterior à adoção da grande maquinaria, mais que isso, era um requisito para sua

<sup>13</sup> Esses são os termos usados pelo próprio Mao.

<sup>14</sup> É importante destacar que ainda que Mao se referisse aos camponeses como proprietários privados da terra, logo após a reforma agrária isso não era um fato em termos formais. Depois da revolução (e até hoje) as terras da China são de propriedade de todo o povo segundo a lei chinesa e a determinação sobre sua utilização cabe ao Conselho de Estado da China, o gabinete chinês. Mas o que importava para Mao, e isso faz certo sentido, ainda que requeira qualificação, era como se estabelecia a produção *de fato* na China e nesse sentido não é um exagero falar em produção de unidades familiares individuais, ainda que os camponeses também se associassem, até por força das circunstâncias.

adoção. A coletivização seria o mecanismo para assegurar que a adoção da maquinaria não tivesse o caráter que teve nas economias capitalistas, que o processo no caso chinês fosse socialista.

Outro ponto fundamental para a execução do processo de transição, segundo o próprio Mao, era a mobilização dos recursos necessários ao processo de transformação tanto industrial quanto agrário. Dado o caráter da economia chinesa, esse processo de acumulação necessariamente teria que se dar na agricultura. Além da taxaço sobre a produção agrícola, o mecanismo adequado seria o desenvolvimento de indústria leve com condições de fornecer os bens necessários para os camponeses, que os trocariam por sua produção, atendendo tanto as necessidade dos camponeses quanto a acumulação para a modernização do país pelo Estado. Mas o próprio desenvolvimento da indústria leve tem como condição o anterior desenvolvimento da agricultura e da indústria pesada, o que segundo o dirigente chinês, impunha severas dificuldades ao processo chinês.

O objetivo era que em 1958, já concluído o primeiro plano quinquenal, cooperativas de caráter semi-socialista (nos termos usados por Mao) contassem com 250 milhões de trabalhadores, cerca de 55 milhões de famílias, aproximadamente metade da população. A expectativa era que neste ano a transformação semi-socialista estaria concluída em algumas províncias e vilarejos e uma pequena parte deles já seria socialista. Em 1960 a transformação semi-socialista, segundo Mao, estaria concluída atingindo a outra metade da população rural. Nesta etapa, o número de cooperativas que teriam organização socialista estaria crescendo a partir do desenvolvimento das cooperativas semi-socialistas. O suposto de Mao era que tanto ao longo do primeiro plano quinquenal quanto durante o segundo, o processo de transformação socialista seria basicamente social e que só posteriormente seria técnico e que o uso de maquinaria cresceria, mas não em grandes proporções, dadas as dificuldades de avanço no processo de industrialização do país.

Mesmo antes da coletivização, o controle do Estado sobre a produção agrícola era quase total. A política adotada pelo partido seguiria três passos: primeiro foram estabelecidos os grupos de ajuda mútua, nos quais o trabalho era compartilhado, mas os direitos sobre a terra continuavam pertencendo às unidades familiares. Depois viriam as

cooperativas de produtores agrícolas, nas quais meios de produção eram propriedade do coletivo e não mais das unidades familiares e cada camponês recebia segundo sua contribuição para o produto final, não apenas considerando o trabalho executado, mas também sua contribuição em termos de terra, ferramentas, animais e etc. Em terceiro lugar viria o estágio mais avançado, plenamente coletivo, onde os dividendos pagos por cada meio de produção eram abolidos e cada família recebia segundo seu trabalho.

A partir de 1956, por conta da coletivização, as unidades administrativas do país foram modificadas, a menor continuou sendo chamada da vila, a seguinte de coletivas de estágio inicial e a maior de coletivas de estágio avançado. A partir do início do Grande Salto Adiante, em 1958, a vila continuou sendo a unidade básica, seguida pela comuna, depois pela brigada de produção e a seguir pelos times de produção, no topo da estrutura. Os líderes de brigada passaram a ser os responsáveis pela administração da produção, eles deveriam acompanhar o cumprimento das cotas e desenvolver os planos enviados pela instância superior, assim como preparar a brigada para a etapa posterior do processo de produção e cuidar da rotação dos plantios.

As decisões tanto nas linhas quanto nos encontros eram tomadas com base no centralismo democrático, mas quando as determinações vinham de esfera superior não havia discussão a respeito delas.<sup>15</sup> As metas estabelecidas pelo estado fixavam não só as quantidades a serem vendidas ao Estado segundo o programa de venda compulsória, mas também a cultura a ser plantada pela brigada. Quando uma determinada cultura dava melhores resultados ela era repetida e intensificada até o limite das possibilidades de expansão do produto.

Com a coletivização, a equipe de produção substituiu a família como unidade básica de produção, propriedade e distribuição. O produto que antes pertencia à família, assim como o pedaço de terra no qual ela trabalhava, passou a pertencer à equipe de produção, e era dividido posteriormente entre os trabalhadores segundo um sistema de pontos por trabalho. O sistema variava um pouco de acordo com a localidade, mas as variações se davam mais em relação a escala do que em relação à lógica do sistema. Em

---

<sup>15</sup> Segundo esse sistema as decisões seriam tomadas coletivamente e uma vez que uma maioria vencesse, em caso de votação, todos se sujeitariam e implementariam a decisão. Nem sempre o centralismo democrático vigorava, na prática muitas vezes os camponeses não emitiam opinião, se percebessem que ela seria diferente da proposta da direção.

muitas localidades, ele tinha uma gradação de cinco níveis que considerava gênero, idade e condição física. Tabelas eram usadas para definir os pontos dos trabalhadores, mas, dependendo da condição física, o trabalhador poderia ficar em um nível abaixo daquele referente ao seu gênero e idade. Especialmente no caso dos idosos a correspondência entre a tabela e a idade era extremamente rara.

Tabela 1 – Equipe de Produção de Huayangqiao por Idade e Sexo

Idade (H)	Idade (M)	Nível Pontos	Pontos (H)	Pontos (M)
16	16	5	6,0	6,0
17	17	4	7,0	7,0
18	18	3	8,5	8,5
19	19	2	9,5	8,5
20	20	1	10,0	8,5
61-62	57	2	9,5	8,5
63-64	58	3	8,5	8,5
65	59	4	7,0	7,0
66	60	5	6,0	6,0

Extraído de Huang (1990, p.183)

Nota: H: homens e M: mulheres. As idades estão na forma de contagem chinesa *sui* (岁)<sup>16</sup>.

Uma equipe de produção obtinha um certo volume de grãos em uma colheita. Uma vez entregue cota fixada pelo Estado na forma de tributo e vendido o restante, segundo determinava o sistema de monopólio de compra, os trabalhadores dividiam o resultado usando o sistema de pontos mostrado na tabela abaixo. No caso de um trabalhador do sexo masculino de 20 anos, que estava no nível 1, considerado o mais produtivo, a pontuação em Huayangqiao era 10 pontos. Neste caso, o trabalhador poderia receber sua parcela correspondente aos pontos em dinheiro, grãos, ou uma parte de cada (o caso mais comum era esse). A tabela acima era a de uma equipe de produção no leste da China, no vilarejo de Huayangqiao e esteve em vigor até 1983.

Esse sistema também não se aplicava a todas as cooperativas no campo e mesmo no caso daquelas que adotavam o sistema, a rotina mudava completamente no período

<sup>16</sup> Segundo esse sistema, originário da China, mas usado também por outros países asiáticos, a criança já nasce com um ano, por isso, naquele que, no ocidente, é considerado seu primeiro aniversário faz dois anos. Portanto, é preciso deduzir um ano de cada uma das idades da tabela acima, transcrita aqui na sua forma original. As idades citadas nas referências ao sistema de coletivização estão todas no sistema *sui*, como aparecem nas fontes utilizadas neste trabalho.

da colheita, quando o sistema era modificado para incentivar incrementos na jornada e a produtividade dos trabalhadores. No caso Huayangqiao, a jornada de trabalho era composta por seis horas, mas durante os períodos de atividades mais intensas, os camponeses trabalhavam de 12 a 18 horas, obtendo até três vezes o número de pontos que obteriam em um único dia. Em geral os trabalhadores eram acompanhados de perto pelo responsável pela contagem de pontos que fiscalizava a execução e o tempo de trabalho da cada um rigorosamente.

A quantidade de grãos para consumo, ou a chamada cota de grãos de cada família, era definida de acordo com duas escalas determinadas pelo Estado. Uma delas era baseada em uma média per capita fixada segundo o montante de grãos para consumo obtido por *mu*. A segunda dividia a população rural por idade e fixava o consumo de grãos necessário por indivíduo. A idade para a maior cota costumava ser a partir de 22 anos. Se a equipe de produção tivesse produção suficiente para atender a cota fixada e algum excedente, ele também era vendido ao Estado, a um preço fixo. Depois de descontado o consumo de grãos recebido em espécie, cada família recebia (se houvesse) valores em dinheiro correspondentes ao seu montante de pontos por trabalho. (HUANG, 1990; 1985; MURPHY, 2000; LARDY, 1987; LIEBERTAL, 1987)

O campo foi tanto no período imperial quanto na primeira república e posteriormente ao longo dos primeiros planos quinquenais a fonte de extração de excedente na China. Como já apontado anteriormente, no que se refere às taxas, essas mudanças não foram tão significativas desde o final do período imperial. Mas a compra obrigatória de grãos ampliou muito a capacidade de extração de excedente e acumulação por parte do Estado. Segundo Huang, entre 1953 e 57 ela atingiu 27,6% do total da produção (isso sem contar as taxas) com reforço da atuação mais direta do Estado no cotidiano, métodos e organização da produção no campo chinês, que entraria numa fase de elevada concentração dos trabalhadores com a coletivização.

O sistema coletivo, apesar das diferenças apontadas, guardava algumas semelhanças com a estrutura produtiva familiar; todos os seus membros recebiam segundo o resultado da colheita, de acordo com o sistema de pontos, deduzidos os custos e taxas pagas ao Estado. Mas os camponeses recebiam segundo sua contribuição

em termos de trabalho e não simplesmente em termos do resultado da produção familiar.

Além do sistema de pontos e da nova organização do trabalho, uma das mudanças mais significativas trazidas pela coletivização diz respeito à condição das mulheres chinesas. Até então, as mulheres trabalhavam em funções agrícolas que eram auxiliares ao trabalho masculino, mesmo em regiões que tinham o trabalho familiar como base da estrutura de produção e a propriedade da terra era mais pulverizada, elas não atuavam diretamente na agricultura ao longo de todo ano. Foi com a coletivização no campo que as mulheres passaram a atuar de forma sistemática nas plantações chinesas, com uma remuneração específica. Em regiões como o leste e parte do centro da China, elas tinham uma atuação pequena, especialmente concentrada na colheita e alguns tipos de processamento, mas suas funções estavam subordinadas às atividades dos homens da família. No norte da China, elas praticamente não atuavam no campo. Em regiões com esse perfil, o ingresso das mulheres nas cooperativas representou um substancial incremento na força de trabalho, dobrando seu contingente em alguns casos. O problema histórico de escassez de terras em relação à força de trabalho na China se tornaria ainda mais dramático com o ingresso definitivo das mulheres, quase que simultâneo<sup>17</sup>, na força de trabalho do campo chinês.

No entanto, elas tinham uma remuneração inferior à dos homens e a distinção por gênero não se resumia ao número de pontos atribuído aos trabalhadores. O ingresso da força de trabalho feminina nas cooperativas veio acompanhado por uma nova divisão do trabalho. Alguns tipos de cultura se tornaram função exclusivamente feminina, como o caso do algodão em algumas regiões do país e por ser “trabalho de mulher” tinham remuneração menor que o cultivo de cereais. Ademais o pagamento pelos pontos de trabalho era sempre feito ao chefe da família que também respondia por qualquer problema relacionado com a rotina de trabalho ou pelos pequenos cultivos familiares. As mulheres não recebiam a própria remuneração por seus pontos, já que dificilmente (são muito raras as exceções) eram consideradas chefes de família.

---

<sup>17</sup> Como já destacado anteriormente, o processo de coletivização não foi exatamente simultâneo em todo o país e muito menos a concentração dos trabalhadores nas cooperativas, no entanto é uma transformação muito significativa que se opera no campo do país em um período de três ou quatro anos tanto em termos organizativos quanto de composição da força de trabalho, além do sistema de produção e distribuição.

Ainda assim, se considerada em perspectiva histórica, a situação das mulheres havia melhorado na China desde a fundação da primeira república pelos nacionalistas.<sup>18</sup> Com os comunistas, novos direitos foram obtidos e o fato delas poderem somar pontos de trabalho dava-lhes novo status social, ainda que longe de grandes avanços em termos de gênero. A participação direta na produção alterava sua condição social, mas ainda de forma muito limitada. Por outro lado, ampliava o já enorme contingente de força de trabalho regular da China e as colocava na mesma condição que os homens em um sentido bastante importante; ambos os gêneros agora estavam à disposição para extração de sobre trabalho.

Apesar do avanço da coletivização, as famílias mantinham o que os chineses chamavam *jiating fuye* (家庭 副业), os pequenos cultivos paralelos, à parte de seu trabalho principal nas cooperativas, em seu tempo livre e com materiais não usados nas coletivas. Geralmente, esses cultivos eram feitos em pequenas parcelas de terra perto de casa, onde as famílias plantavam vegetais, outros alimentos e, em alguns casos, criavam animais. No caso destes últimos, especialmente das criações de porcos, os trabalhadores usavam sobras das comunas ou de seus pequenos cultivos paralelos. Os cuidados com a criação dos animais em geral se concentravam nos horários livres durante os intervalos para refeições. O número de animais era pequeno e as criações ficavam nos arredores das casas.

Algumas formas de artesanato e pequena produção de tecidos de algodão também subsistiam nas residências, mesmo durante o período da coletivização. Na primeira metade da década, muitas dessas pequenas produções desapareceram, especialmente em função da venda compulsória para o Estado da produção de algodão e do rápido desenvolvimento de fábricas estatais de têxteis. Em 1954, o governo introduziu os cupons para compra de produtos têxteis produzidos nas fábricas estatais tanto na cidade quanto no campo, estabelecendo cotas para o consumo destes bens, um sistema que permaneceria em vigor até 1983. Outra atividade comum era a produção de cestas de palha usadas na colheita, os efeitos da coletivização sobre sua produção foram

---

<sup>18</sup> Uma das determinações dos nacionalistas foi a proibição de que os pés das mulheres fossem amarrados, mas de todo modo ainda havia um sem número de mulheres que já estavam nesta situação. Outras medidas formais foram adotadas, mas tiveram pouco impacto até pelas limitações da atuação da estrutura de governo pela luta contra os japoneses e os comunistas.

muito semelhantes àqueles da produção de têxteis. Mas a coletivização também injetou novo ânimo nestas pequenas produções. As cooperativas podiam adquirir máquinas e equipamentos para a produção têxtil. Antes impensáveis para uma família camponesa, elas agora estavam ao alcance da comuna, não só por sua maior disponibilidade de recursos, mas também porque a própria produção deste tipo de máquinas crescia na China, como nunca antes.

No caso do artesanato tradicional chinês, tudo o que restou foi a atuação das mulheres em seu tempo livre do trabalho nas comunas, mas sob contrato das comunas ou estatais, basicamente reduzidas a tricô e alguns outros tipos de produção de roupas e bordados. Os contratos reduziam os custos incorridos pelos contratantes e eram uma fonte extra de renda para as famílias, mas sua participação na renda familiar era muito pequena. A produção paralela e as pequenas hortas continuaram existindo no campo chinês mesmo durante o período de avanço da coletivização. Elas persistiram até que o avanço da industrialização no campo as tornasse inviáveis, mesmo como uma atividade para os horários vagos dos trabalhadores das coletivas. Em paralelo, o volume de trabalhadores que as pequenas indústrias que começavam a surgir no campo chinês poderia absorver, era muito baixo, e a relação entre o volume de terras disponível e o tamanho da população se tornava mais e mais agudo. A pressão populacional sobre o campo chinês, só sofreria redução significativa em meados da década de 1970, com um crescimento mais expressivo de atividades fora da agricultura nas áreas rurais.

Como salientou Huang (1990), há na literatura sobre o período da coletivização na China uma tendência a assumir que toda a pequena produção camponesa individual foi suprimida, mas não foi assim. Mesmo na fase mais importante de disseminação da coletivização no campo, os pequenos cultivos paralelos, criação de porcos (havia criação de aves também, mas a de porcos era mais comum), pequenas atividades de artesanato, muitas delas sob contrato com as próprias coletivas e estatais, continuavam fazendo parte do cotidiano do campo chinês. Essas atividades só seriam suprimidas, ou praticamente suprimidas, na fase mais avançada do período da coletivização, de radical aprofundamento da experiência das comunas, durante o Grande Salto Adiante, o que tem grande importância explicativa para os resultados dessa nova etapa do esforço de transição chinês, como mostra a seção a seguir.

### ***O GRANDE SALTO ADIANTE***

Quando a etapa assinalada por Mao como a conclusão da difusão de estruturas “semi-socialistas” foi concluída em 1956, a direção do partido comunista chinês se deparava com novas dificuldades. Apesar das unidades de produção estarem em pleno funcionamento, não havia uma relação de fato entre elas, a estrutura de centralização chinesa não tinha articulação interna. A capacidade de redistribuição de recursos e renda entre as unidades era mínima e as políticas de Estado não eram suficientes para cumprir esse papel. Além disso, os gastos do Estado chinês no campo eram tímidos, dados os esforços para industrializar o país, especialmente de montar uma infra-estrutura de indústria pesada, considerada estratégica. Os poucos investimentos no campo chinês se dirigiam a algumas fazendas estatais e obras para assegurar o fornecimento de água, especialmente no norte do país, que historicamente sofreu com problemas de abastecimento.

Isso fez com que, apesar da distribuição dos ganhos entre os membros das cooperativas melhorar sistematicamente, as diferenças entre elas crescesse à medida que a coletivização avançava. Em 1955, foi necessário introduzir o racionamento de grãos nas cidades chinesas, como parte de um esforço para reduzir o consumo de grãos nas zonas urbanas do país. Ainda assim, o consumo subiria em 1956, fruto de uma alta na demanda provocada por um aumento dos salários dos trabalhadores urbanos de cerca de 30%. Isso, somado ao incremento da população urbana e da força de trabalho industrial do país, pressionava os estoques estatais, que não eram grandes. A China tinha pouco cereal à disposição.

Havia ainda as disputas políticas e as divergências já apontadas nas referências feitas aos discursos de Mao a respeito do melhor encaminhamento da transição e sobre sua velocidade. Esse debate se intensificou com as dificuldades geradas pela escassez de cereais e início do racionamento, bem como a necessidade de elaboração do segundo plano quinquenal e o balanço do processo de coletivização. O volume de cereais de que o Estado poderia dispor tanto através das taxas cobradas quanto via compra compulsória

era insuficiente. Em 1956, diversas localidades tiveram dificuldades em atingir suas cotas de remessas ao Estado. No verão de 1957 a falta de grãos tinha se tornado um problema para o país. No mesmo ano, os pequenos mercados que ainda existiam nos vilarejos foram proibidos, para assegurar que a produção toda estivesse à disposição do Estado chinês. As divergências se acirravam e a instituição de uma nova direção colegiada no PCCHh foi reflexo desse processo.

A China precisava resolver o problema de fornecimento de grãos e o problema se agravava com o crescimento da população urbana, que crescera muito durante 1956. Em 1957, a situação piorara com a necessidade de sustentar grandes volumes de exportação para a União Soviética, com quem o país realizava suas principais trocas. Dado que a pauta de exportações da China era majoritariamente composta de cereais, alguns tipos de minérios e matérias primas, a escassez de cereais tornava-se um problema ainda maior. O país precisava recorrer à União Soviética para obter mais recursos, o que significava que as exportações de cereais precisariam crescer muito nos anos subsequentes, para fazer frente aos empréstimos, o que só fazia agravar o problema de abastecimento do país.

Tabela 3 – Exportações e Importações de Cereais da China (em toneladas métricas):  
1952 a 1965

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1952	1.528,8	0,1	1.528,7
1953	1.826,2	14,6	1.811,6
1954	1.711,0	30,0	1.681,0
1955	2.233,4	182,2	2.051,2
1956	2.651,2	149,2	2.502,0
1957	2.092,6	166,8	1.925,8
1958	2.883,4	223,5	2.659,9
1959	4.157,5	2,0	4.155,5
1960	2.721,4	66,3	2.654,1
1961	1.355,0	5.809,7	-4.454,7
1962	1.030,9	4.923,0	-3.892,1
1963	1.490,1	5.952,0	-4.461,9
1964	1.820,8	6.570,1	-4.749,3
1965	2.416,5	6.405,2	-3.988,7

Extraído de LARDY (1987, p.381)

Entre o final de 1957 e 58 o Partido Comunista da China viveu uma fase de grandes expurgos. Milhares de membros do partido nas cidades tinham sido enviados ao campo para serem reeducados e a luta interna na cúpula se ampliara, com o setor ligado a Mao tentando derrubar a direção colegiada, que havia sido instituída no congresso anterior, uma derrota política provocada pelos problemas no processo de coletivização no campo, o principal deles, o fornecimento de cereais.

As dificuldades na relação entre as estruturas do partido e os dirigentes locais se agravavam. Mao, por seu turno, já em meados de 1957, defendia uma radical transformação para ampliar a geração de riqueza e resolver os problemas de abastecimento na China. A estratégia foi sendo delineada ao longo de diversas reuniões da direção partidária e contava com a mobilização política para gerar crescimento econômico tanto na indústria quanto na agricultura. O passo seguinte seria o lançamento do Grande Salto Adiante, um plano que incluía o aprofundamento da coletivização agrícola e uma significativa ampliação da base industrial do país.

O Grande Salto Adiante foi um grandioso plano de mobilização de massas; em menos de um ano mais de 500 milhões de camponeses chineses integraram-se a 26.000 comunas nas quais não havia qualquer tipo de propriedade privada. Todas as tarefas relacionadas com o dia-a-dia destes trabalhadores, desde cuidar das crianças, das roupas, até o preparo dos alimentos era feito pela comuna. Com os grandes deslocamentos de homens para as obras de irrigação no campo, era fundamental fazer com que as mulheres assumissem o trabalho nas cooperativas, ainda que longe de casa. Para tanto, era necessário criar condições para o deslocamento destas multidões de trabalhadoras, e a “coletivização” do trabalho doméstico foi a solução encontrada. Ainda no final de janeiro de 1958, 100 milhões de camponeses já tinham assegurado a irrigação de 7,8 milhões de hectares de terra. A coletivização total atingiu a agricultura, indústria, artesanato e comércio; a estrutura das comunas tinha inspiração militar, com divisões em batalhões, companhias, brigadas e regimentos.

Em um esforço nacional para aumentar a produção industrial, algumas fábricas foram removidas para o campo. O intuito era fazer com que os camponeses aprendessem as técnicas usadas na indústria e também aproveitá-los neste tipo de trabalho durante as entressafras. Isso diminuiria a pressão migratória sobre os centros

urbanos chineses incapazes de absorver, naquela ocasião, os trabalhadores necessários para o salto industrial que constava na meta do Segundo Plano Quinquenal. Esperava-se que o aumento da produção agrícola, que era o setor central do plano, gerasse melhores condições para o crescimento da produção industrial.

Depois de uma boa colheita no verão de 1958, que serviu de estímulo aos planos chineses, o Comitê Central do PCCh passou a considerar as comunas como o caminho adequado para fazer avançar a construção socialista e a modernização da China. Mas a rápida formação e ampliação das atividades das comunas trariam consigo muita confusão no campo. Isso fez com que o volume de terras cultivadas caísse, mas as condições climáticas criaram a expectativa de que a colheita seguinte também seria boa. Na indústria, os investimentos realizados durante o primeiro plano começavam a dar resultados, aumentando a confiança de todos no potencial sucesso do Salto.

O apoio à adoção do Grande Salto se tornava cada vez mais intenso, tanto no partido quanto junto à população. O grau de comprometimento e fervor para trabalhar pelo Salto entre a população chinesa só fazia crescer, assim como os esforços de mobilização por parte do partido. Nas comunas, os camponeses trabalhavam por muito mais horas que antes, com pouquíssimo ou nenhum descanso, todos os dias da semana. As novas comunas e suas cozinhas comunitárias, sem restrições ao consumo de alimentos, davam a sensação de que o histórico problema de fornecimento de alimentos na China era coisa do passado. A importância do partido na organização e mobilização dos camponeses crescia, muitas vezes substituindo as estruturas do próprio governo nas localidades no interior da China. O Grande Salto era o aprofundamento do processo de coletivização, de uma forma distinta da experiência soviética. Mais ainda, era, segundo os dirigentes chineses, um esforço de transição acelerado para o socialismo. Em muitos dos seus discursos, Mao deixara claro que a construção do socialismo requeria a constituição das comunas e uma vida comunitária mais abrangente no campo. O Salto era, por um lado, um esforço colossal de aceleração do processo de industrialização e, concomitantemente, para que o processo de transição no campo fosse realizado mais rápido, fazendo com a China se aproximasse mais rapidamente da concretização do socialismo.

Estimava-se que a produção agrícola da China fosse dobrar em 1958. Posteriormente, quando foi feito o balanço, o total anunciado da produção de grãos para o ano de 1958 de 375 milhões de toneladas métricas teve que ser revisto para 250 milhões e depois para modestos 200 milhões. Em 1957, o resultado anunciado tinha sido de 185 milhões de toneladas métricas. Em dezembro de 1958 um comunicado da Sexta Plenária ainda afirmava que a China dobraria o resultado de 1957, atingindo 375 milhões de toneladas. No ano seguinte, um comunicado do Departamento Nacional de Estatísticas confirmou o número, que só seria revisto algum tempo depois, durante os balanços realizados pelo partido sobre a condução do Grande Salto.

Nenhum dos responsáveis pela contagem queria se arriscar a indicar que a meta não tinha sido atingida, e sofreram com a alcunha de direitistas ou derrotistas, o resultado foi que, em 1958, as cotas em praticamente todas as localidades foram formalmente atingidas. Algum tempo depois, ficou patente que elas não refletiam a realidade. Logo após a campanha anti-direitista do final de 1957<sup>19</sup> havia um temor generalizado de que qualquer indicação de insucesso do Grande Salto pudesse ser interpretada como desvio pequeno-burguês, tentativa de boicote ou derrotismo.

Em dezembro de 1958, as 26.000 comunas organizadas durante o Salto abrangiam 99% da população camponesa do país. A China contava também com cerca de 1 milhão de fornos siderúrgicos de “quintal”, concentrados especialmente no campo, que tinham baixa produtividade, contabilizavam um sem número de acidentes na produção e cujos produtos eram, em geral, de baixa qualidade.

Um dos resultados mais importantes do Grande Salto foi a expansão das obras de irrigação no campo chinês. Foi a coletivização que tornou possível, através da transformação na forma de organização do trabalho, que grandes contingentes de trabalhadores chineses fossem deslocados para trabalhar em grandes obras públicas. A pequena estrutura camponesa do país combinada com os poucos recursos disponíveis no campo inviabilizara (parcial ou totalmente) esse tipo de obra até então. Com as

---

<sup>19</sup> A campanha anti-direitista foi uma reação ao movimento das Cem Flores, que estimulava a livre expressão de críticas ao partido e às transformações na China, especialmente por parte dos intelectuais chineses. No dia 2 de maio, Mao fez um discurso pedindo que deixassem “uma centena de flores florescerem” e na cultura deixar “uma centena de escolas de pensamento se digladiarem”. Quando a campanha tomou enormes proporções, o dirigente chinês recuou e uma campanha anti-dreitista foi lançada pelos temores que a avalanche de críticas enfraquecesse o PCCh.

mobilizações do Salto e o discurso de que o comprometimento dos trabalhadores seria capaz de superar o atraso chinês e promover a modernização do país, as comunas organizavam grupos para realização de grandes obras no campo. Muitas delas estavam relacionadas com a irrigação ou obras de contenção da água na bacia dos principais rios chineses, que causavam inundações em certas épocas do ano. Essas obras seriam um dos mais importantes saldos do Salto no campo chinês. Os registros do governo chinês apontam que no final de 1958, o volume de terras atendidas pelas novas obras de irrigação tinha chegado a 32 milhões de hectares, mais de 10 vezes o volume planejado pelo governo na diretriz fixada em setembro de 1957. Com isso, o país duplicara sua área irrigada total.

As maiores mobilizações e mudanças na organização dos trabalhadores no campo chinês estavam relacionadas com essas obras. Ainda que os grupos de ajuda mútua continuassem sendo a base da organização no campo, os contingentes de trabalhadores necessários para viabilizar as obras eram tão grandes que provocaram a sistemática fusão dos grupos. Na prática, o partido passara a estimular a fusão deles independentemente da realização de grandes obras, levando a um acelerado processo de fusão de grupos e coletivas, o que promoveu a constituição das grandes comunas que acabaram por reunir praticamente todos os trabalhadores chineses no campo.

As comunas não eram todas iguais e suas características variavam significativamente. Seu tamanho fez com que elas acabassem por absorver funções que antes eram dos governos locais e passassem a constituir uma das unidades administrativas do país (como já salientado anteriormente) substituindo os vilarejos. Na sua fase inicial elas eram constituídas por 5.500 famílias em média, algo entre 20 e 25 vezes o tamanho dos grupos de ajuda mútua do período inicial da coletivização. Entre suas funções administrativas estavam o registro da população, recolhimento das taxas e provisão de serviços como escolas e atendimento médico no campo.

Segundo Mao a construção socialista era necessariamente um processo de revolução permanente<sup>20</sup>, que uma revolução deveria suceder a outra, avançando

---

<sup>20</sup> No discurso que trata deste tema na Suprema Conferência de Estado, em janeiro de 1958, Mao faz questão de salientar que não entendia a revolução permanente nos mesmos termos defendidos por Trotsky; a divergência refere-se, segundo ele, basicamente ao momento adequado para a Revolução Democrática ao longo do processo.

continuamente. Por isso, logo após a libertação em 1949 - dizia ele - veio a reforma agrária, seguida pelas pequenas cooperativas e, posteriormente, pelas maiores. Depois de sete anos foi concluída a coletivização e seguir-se-ia a revolução técnica, considerada um dos passos para a construção socialista.

Durante o Grande Salto também foram criadas comunas populares, cerca de 30 milhões de camponeses receberam armas de fogo, criando uma espécie de “força armada” paralela ao Exército Popular de Libertação (EPL). Os chineses também se mobilizaram para derrubada de construções antigas e posterior construção de um verdadeiro complexo de abrigos antiaéreos por causa do temor de um ataque nuclear por parte dos Estados Unidos.

Mas os resultados na produção agrícola não foram os esperados. Apenas um dos dirigentes chineses chegou a fazer uma crítica formal ao Grande Salto Adiante ainda durante sua execução, o marechal do EPL e ministro da defesa, Peng Dehuai, em julho de 1959. Apontando as fraudes nos dados compilados sobre o desempenho da economia do país ao longo do ano de 1958 (especialmente sobre a colheita de grãos) e também as péssimas condições de vida dos camponeses por toda a China. Depois da crítica, Peng foi acusado de direitista e de tentar sabotar a construção socialista e removido do ministério da defesa.

Mas a verdade sobre a escassez de alimentos era visível por todo o país, a fome se alastrava pela China, e a insistência em recolher grande parte da produção para assegurar a acumulação agravava a já difícil situação. Em 1957 a média de grãos disponíveis por habitante da China (por ano) no campo era de 207 quilos, em 1958 caiu para 201, reduzindo-se para 183 quilos em 1959 e atingiu desesperadores 156 quilos em 1960. A escalada da fome era assustadora, em 1961 a proporção de grãos chegou a 154 quilos.

Estimativas indicam que durante o Grande Salto cerca de 20 milhões de chineses morreram de fome (outras apontam que foram 30 milhões) e os dados sobre a composição etária da população levam a crer que a maior parte dos mortos tanto durante, quanto depois, do período do Grande Salto era de crianças de até 10 anos, que sofriam mais intensamente com a subnutrição. Não há dados precisos sobre o número de mortos no período posterior ao Salto, que sucumbiram em função da falta de

alimentos, a população chinesa estava encolhendo. No caso de algumas províncias, cujos dados constam na tabela abaixo, a situação era ainda mais grave. As províncias no centro e oeste do país, historicamente mais pobres sofreram mais, como é o caso de Sichuan e Gansu. Mas havia províncias como Anhui e Shandong, que ficam no extremo oriente chinês, a região mais rica do país, que também viviam uma situação bastante penosa. Como mostra a tabela abaixo, os dados por província e mesmo para o país inteiro não são completos no período, dificultando uma análise mais precisa da taxa de mortalidade e sobre a situação demográfica na China durante esses anos.

Tabela 3 – Províncias com crescimento negativo da população (em milhares):  
1959-1961

Localidades	1959	1960	1961
China		- 4,57	
Anhui		-57,20	
Gansu		-25,79	
Guangxi		-10,06	-1,77
Guizhou		- 9,41	-0,21
Henan		-25,58	
Hubei		- 5,00	
Hunan		-9,43	-4,97
Liaoning			-0,30
Qinhai		-27,66	
Shandong		- 4,10	-0,25
Sichuan	-30,26	-42,24	
Yunnan		- 2,07	-17,61

Fonte: Shu Chang-Sheng, 2004, p. 125.

No outono de 1959 a colheita de grãos foi inferior à de 1958, a diferença era de 30 milhões de toneladas. Temerosos com possíveis retaliações, os funcionários informaram que as metas tinham sido atingidas e como a cota fixada pelo Estado era de 40% da produção, quando foi feito o recolhimento, faltou alimento para entregar aos trabalhadores das comunas. Nas localidades em que a colheita foi pior, o recolhimento do Estado chegou ao total produzido. A reprodução deste procedimento a cada nova colheita gerou uma situação de verdadeira calamidade.

O sistema de distribuição chinês passava por intensas dificuldades, o crescimento da população nas cidades e os dados problemáticos a respeito da produção

das enormes comunas dificultavam uma realocação de grãos para as regiões que mais necessitavam. Segundos os dados oficiais, a taxa de mortalidade que era em média de 11,1 para cada 1.000 habitantes em 1956, subiu para 14,6 para cada 1.000 em 1959 e atingiu 25,4 em 1960; apenas nesse ano as estimativas indicam que a população chinesa encolheu em 10 milhões de pessoas. Considerando que a taxa de natalidade no país também caiu no período, de 33 nascimentos para cada 1.000 pessoas em 1956, para 18 em 1961, as conseqüências demográficas eram ainda mais severas.

Considerando a precariedade dos dados, uma estimativa mais precisa sobre as condições de vida nas províncias e as diferenças campo-cidade não são precisas, mas há algumas tentativas de mapear os resultados da fome em termos locais. Segundo Lardy (1987), Bernstein (2006) e Huang (1990) a fome no campo foi desproporcionalmente maior que nas cidades e as mortes tinham acentuada concentração regional. A população no campo tinha acesso a um volume bem menor deste alimento que os moradores das cidades chinesas. Em 1960 o consumo de cereais no campo caíra 24% enquanto nas cidades sua redução fora de 2%. Em 1961, ano que registrou as taxas mais baixas de consumo, o campo consumia 25% menos e as cidades 8%. No caso dos óleos vegetais e carne de porco a redução nas cidades em termos absolutos foi maior, mas continuava sendo, em média, o dobro do consumo rural. Ainda assim, considerando que a base da alimentação chinesa eram (e são) os cereais, fica explícito que os moradores urbanos sentiram menos a escassez de alimentos que a população rural.

Em 1959, a taxa de investimento chinesa atingiu seu nível mais alto, de 43,3% da renda nacional. Essa taxa de investimento e as elevadas exportações foram sustentadas pelo crescimento do recolhimento de grãos e vegetais no campo do país. Em alguns casos mais severos faltaram sementes e outros insumos para a plantação, comprometendo a safra seguinte. Apesar das críticas no interior do partido às políticas do Salto, ainda que fossem poucos os que as faziam abertamente, os recuos não viriam antes de meados de 1960.

O rompimento sino-soviético e as avaliações sobre o Salto deram a tônica dos debates na China do início da década de 60 do século passado<sup>21</sup>. O contraste entre as

---

<sup>21</sup> O período do Grande Salto foi marcado por diversos acontecimentos em âmbito internacional. Além da questão sobre a independência ou não do Tibet, houve o início da guerra do Vietnã 1959 e em 1960 o

opções da União Soviética e da China sobre o andamento de seus processos de modernização era patente. Na China, a aposta na vontade política e no fervor revolucionário para superar os limites econômicos à modernização do país não se coadunava com a posição mais gradualista e mesmo cautelosa dos planejadores soviéticos, que viam com desconfiança as decisões dos dirigentes chineses que levaram à adoção do Grande Salto.

O fracasso e posterior balanço do Grande Salto impôs severas mudanças nos rumos adotados pelo PCCh. Segundo as avaliações, iria demorar algum tempo até que a agricultura retomasse os patamares de produção anteriores ao Grande Salto e havia 30 milhões de jovens camponeses que tinham sido deslocados para as cidades chinesas e que, segundo as novas diretrizes do partido, deveriam retornar ao interior. As recomendações incluíam também o fechamento de pequenas indústrias ineficientes estabelecidas durante estes anos. Uma pequena parcela das terras agrícolas (cerca de 6%) seria devolvida aos camponeses na forma de pequenas propriedades privadas, e também foi autorizada a reabertura de pequenos mercados rurais e as cotas de produção voltaram a ser responsabilidade de unidades familiares.

O setor que se opunha às políticas preconizadas por Mao, liderado por Liu Shaoqi, Zhou Enlai e Deng Xiaoping obteve uma significativa vitória na cúpula do partido. Com isso começou um processo de desmonte das comunas, combinado com a autorização para que os camponeses, além da pequena produção privada, tivessem acesso a incentivos à produção em dinheiro e fizessem contratos para uso de equipamentos na produção rural. Com o fim do Grande Salto Adiante, Mao renunciou a todos os seus cargos, mantendo apenas a presidência do Comitê Central; sua principal base de apoio (e talvez a única naquele momento) era o exército, que se mantinha fiel às diretrizes do líder chinês. Sobre Mao pesavam as acusações, feitas por outros dirigentes, de ignorar a realidade econômica do país, buscando governá-lo baseado apenas em convicções políticas e no voluntarismo disseminado entre as massas.

A revisão das políticas do Salto incluiu uma redução na taxa de investimento praticada na China e o fechamento de dezenas de milhares de pequenas fábricas e o

---

rompimento sino-soviético, com importantes implicações para a China, com a retirada dos técnicos soviéticos e cobrança das dívidas pela URSS.

envio de milhões de pessoas ao campo. Apenas durante 1961 foram suspensos diversos projetos de construção e cerca de 25.000 fábricas foram fechadas; cerca de 5,4 milhões de trabalhadores dessas fábricas e outros 2,9 milhões da construção civil tiveram que retornar ao campo. Outros 10 milhões de camponeses que tinham fixado residência na cidade retornaram ao campo. Em 1962 outras 18.000 companhias estatais foram fechadas e mais 6 milhões de trabalhadores ficaram sem trabalho nas cidades chinesas.

A força de trabalho nas cidades sofreu uma enorme redução ao longo deste período e isso reduziu a pressão sobre o campo chinês em dois sentidos importantes. O primeiro deles foi a redução do contingente populacional sob os cuidados diretos do Estado nas cidades. Na China os moradores urbanos, funcionários de estatais, tinham acesso subsidiado aos alimentos, uma política que recebeu o nome popular de tigela de aço de arroz<sup>22</sup>; isso porque segundo os chineses a tigela nunca ficava vazia. Já os camponeses tinham que “encher” suas próprias tigelas. Com a redução da força de trabalho nas cidades, a necessidade de mobilização de recursos via Estado se reduziu. Além disso, essa enorme população retornou ao trabalho no campo, o que poderia contribuir para um incremento futuro do produto nas áreas rurais do país.

Durante o período do Grande Salto Adiante, os pequenos plantios que os camponeses mantinham nas proximidades de suas casas foram completamente extintos. Com os esforços para tornar as comunas parecidas com unidades fabris, todas as pequenas parcelas de terra foram transferidas para as comunas e uma brigada especial foi criada para cuidar do plantio de vegetais para todas as famílias. O mesmo ocorreu com a criação de porcos, que foi toda concentrada em uma única “fábrica” das comunas. Outras atividades do cotidiano, como cozinhar e lavar roupas também passaram a fazer parte das atividades das comunas e eram organizadas coletivamente.

Um dos mais significativos retrocessos na política do Salto foi o retorno dos pequenos lotes privados cultivados pelos camponeses para consumo próprio. Em 1961 os grupos substituíram novamente as comunas como unidade básica de posse das terras, e produção no campo, ou seja, retomaram a estrutura anterior ao Salto. Isso significa

---

<sup>22</sup> Depois do início das reformas essa expressão passou a ser usada para se referir aos funcionários de estatais e não necessariamente aos moradores urbanos.

que algumas das principais mudanças que constam na literatura sobre o Salto como suas principais características estiveram em vigor apenas durante 1959 e 1960.

A grande ênfase dada pelas políticas do Salto ao aprofundamento da coletivização significava que todas as esferas da vida deveriam se articular em torno dos espaços públicos e da “propriedade” coletiva. Essas diretrizes eram sumarizadas nos seguintes lemas “quanto maior melhor” (*yue da yue hao* 越大越好) e “primeiro grande, segundo público” (*yi da er gong* 一大二公), nos termos usados pelo próprio Mao, como forma de sinalizar o caráter socialista das comunas. Philip Huang (1990) destaca que foi o fim dos cultivos paralelos e não a coletivização da produção e a constituição das grandes comunas, o que causou os efeitos destrutivos mais imediatos na vida da população rural chinesa. A importância dada ao processo de coletivização e o fato de que a produção precisava ser necessariamente coletiva significou o fim dos pequenos cultivos e criação de animais.

Os alimentos que os camponeses costumavam cultivar nos pequenos lotes para consumo próprio, não foram facilmente adaptados à lógica de produção das comunas, e seus resultados foram desastrosos. Eles eram produto do trabalho de tempo vago dos camponeses e por serem produzidos em uma escala muito reduzida não tinham implicações como estocagem, distribuição e nem o fato de serem altamente perecíveis se colocava como um problema. Mas com as enormes comunas produzidas pelo Salto, esses procedimentos tornaram-se necessários e parte dos trabalhadores das comunas precisavam se ocupar de produzi-los. Em dois anos as comunas abandonaram as grandes estruturas de criação de porcos e os cultivos de vegetais. Mas isso significou que muitas tentativas foram feitas ao longo do período com diversos registros de desabastecimento. O que nas circunstâncias já descritas significava que o consumo de alimentos dos camponeses chineses estava praticamente reduzido às suas cotas de grãos, que, como já salientado, sofreram decréscimo ao longo do período do Salto, atingindo níveis alarmantes.

No caso da substituição dos pequenos cultivos, o fracasso do Salto foi retumbante e seus efeitos sobre o acesso da população rural aos alimentos são apontados por Huang como um importante fator para explicar a fome no campo chinês durante o Salto, ao lado dos problemas já destacados com o fornecimento de cereais, que era parte

importante da alimentação dos chineses. O autor aponta que algumas dessas estruturas coletivas acabaram por obter sucesso e sobreviveram, inclusive, ao recuo no Salto, mas elas eram a exceção<sup>23</sup>.

A combinação das crescentes solicitações de cereais do Estado com o descontrole dos grandes refeitórios reduziu muito (ou eliminou, dependendo das circunstâncias) o valor que os camponeses recebiam por dia de trabalho equivalente. Em 1958 eles receberam 0,03 yuan por dia de trabalho comparado com 1 yuan que eles recebiam em 1957, no leste do país, por exemplo. No final de 1959, eles voltaram a receber o valor de 1957. No entanto naquele ano, eles não contavam mais com seus pequenos cultivos paralelos e, portanto, não conseguiam suprir seu próprio consumo de vegetais e/ou alguma variedade de carne ou obter a pequena renda extra que eles lhes asseguravam.

Durante o Grande Salto o aprofundamento da coletivização representou uma redução no consumo de alimentos pelos camponeses chineses fosse pelas entregas ao Estado, pela redução do pagamento feito pelo dia de trabalho, pela confusão gerada pelos grandes refeitórios ou pelo fim dos pequenos cultivos paralelos. Na maioria dos casos tratava-se de alguma combinação destes fatores. As comunas eram consideradas o meio mais apropriado para a construção do socialismo, visto que esse era, no entender de muitos líderes chineses, o incremento da propriedade pública e a supressão da pequena estrutura de produção camponesa (capitalista, segundo Mao). Seu desmantelamento mostrou-se desastroso para o campo chinês ao longo daqueles anos, mas a coletivização não representava apenas isso. A partir de 1956 ela criou as condições para um processo de acumulação através do trabalho no campo que possibilitava o avanço do processo de modernização chinesa<sup>24</sup>. O Grande Salto, e o aprofundamento da coletivização, foi sua etapa mais aguda desde a fundação da República Popular, com desastrosos resultados.

---

<sup>23</sup> Huang aponta o sucesso de uma cooperativa de laticínios e outra produtora de peras no leste da China. Mas em ambos os casos o número de trabalhadores é muito inferior ao das comunas durante o período do Salto. A cooperativa produtora de peras contava com 58 trabalhadores, nada que se compare à escala das comunas do período do grande Salto. Neste caso, parece que o autor quer mais destacar a importância do Salto na organização coletiva deste tipo de produção no campo chinês que apontar efetivamente uma exceção de cooperativa que tenha sido bem sucedida. Ele faz questão de destacar que esse foi um dos resultados positivos do esforço de coletivização da produção destes alimentos.

<sup>24</sup> Sem dúvida com grandes custos para a população em geral e mais especificamente para os camponeses.

Mas essa é uma descrição incompleta do Grande Salto. Durante o período tratado nesta seção, a China também enfrentou severos desastres naturais com conseqüências graves para a agricultura e queda acentuada da produção de grãos em certas regiões. O período do Salto também registrou avanços em grandes, e importantes, obras públicas no campo, estruturação de cooperativas de alguns gêneros alimentícios e marcou o início da industrialização no campo chinês.

Ainda que nem todos os aspectos relacionados com o Grande Salto Adiante e o processo de coletivização chinês tenham sido tratados neste trabalho, esperamos ter lançado alguma luz sobre o caráter do processo. Muitas vezes só se faz referência às mortes no período do Grande Salto, provocadas especialmente pela fome. Mas o processo de coletivização e o próprio Grande Salto Adiante são muito mais complexos que isso, com os desdobramentos mais variados sobre a vida dos chineses. Se é verdade que o aprofundamento do processo de coletivização, da forma como foi feito causou convulsão social e escassez de alimentos no país, também é verdade que ele deu contribuições importantes para melhoria da infraestrutura no campo chinês e estabeleceu as bases para a manutenção de uma reforma agrária que se caracteriza muito mais como processo que como política, e é fundamental até hoje para sociedade e a vida no campo chinês.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ASH, ROBERT. Squeezing the peasants? Grain extraction, food consumption and rural living standards in Mao`s China, *The China Quarterly*, 2006.
- BERNSTEIN, THOMAS P. Mao Zedong and the Famine of 1959-60 a study in willfulness, *The China Quarterly*, 2006.
- ENGELS, FRIEDRICH *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, Boitempo Editorial*, São Paulo, 2010.
- FENBY, JONATHAN. *Modern China. The fall and rise of a great power, 1850 to the present*. Harper Collins Publishers, New York, 2008.

- HSING YOU-TIEN. Land and Territorial Politics in Urban China. *The China Quarterly*, 2006.
- HUANG PHILIP. *The Peasant Economy and Social Change in North China*. Stanford University Press, Stanford, 1985.
- \_\_\_\_\_, *The Peasant Family and Rural Development in Yangtzi Delta, 1350-1988*. Stanford University Press, Stanford, 1990.
- HUANG PING. China: Rural Problems and Uneven Development in Recent Years. In *China Reflected*, Asian Exchange for New Alternatives (ARENA), Vol.18, n.2 2002/ Vol.19, n.1, 2003, Hong Kong.
- HUANG YASHENG. *Capitalism with Chinese Characteristics. Entrepreneurship and the State*, Cambridge University Press, Cambridge, 2008.
- HUANG YIPING, Agricultural Reform in China. Getting institutions right, Cambridge University Press, Cambridge, 1998.
- HSU, IMMANNUEL C. Y. *The Rise of Modern China*. Oxford University Press, Oxford, New York, 2000.
- KUEH, Y.Y. Mao and Agriculture in China's Industrialization: Three Antithesis in a 50-Year Perspective. *The China Quarterly*, 2006.
- LARDY, NICHOLAS. Economic Recovery and the First Five Year Plan, In: RODERICK Mc FARQUHAR & JOHN K. FAIRBANK. *The Cambridge History of China, Vol.14, The People's Republic, Part 1: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987.
- \_\_\_\_\_, The Chinese Economy Under Stress, 1958-65. In: RODERICK Mc FARQUHAR & JOHN K. FAIRBANK. *The Cambridge History of China, Vol.14, The People's Republic, Part 1: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987.
- LIEBERTHAL, KENNETH. The Great Leap Forward and the Split in Yanan Leadership. In: RODERICK Mc FARQUHAR & JOHN K. FAIRBANK. *The Cambridge History of China, Vol.14, The People's Republic, Part 1: The Emergence of Revolutionary China 1949-1965*, Cambridge University Press, Cambridge, 1987.

LIU YU. Why did it go so High? Political mobilization and agricultural collectivization in China. *The China Quarterly*, 2006.

MAO ZEDONG. Speech at a meeting with regional secretaries and members of the Cultural Revolution Group of the Central Committee, Ling Live to Chairman Mao, a *Red Guard Publication*, July 22th, 1966. Em 19/03/2011 [http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-9/mswv9\\_59.htm](http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-9/mswv9_59.htm)

\_\_\_\_\_, *On the Co-operative Transformation of Agriculture*, Report at a conference of secretaries of provincial, municipal and autonomous region Party committees called by the Central Committee of the Chinese Communist Party. July 31<sup>st</sup>, 1955.

\_\_\_\_\_, *Rely on Party and league members and poor and lower-middle peasants in the co-operative transformation of agriculture*. Inner-Party directive drafted for the Central Committee of the Chinese Communist Party, September, 7<sup>th</sup> 1955.

\_\_\_\_\_, *On the ten major relationships*. Speech at an enlarged meeting of the Political Bureau of the Central Committee of the Chinese Communist Party. April 25<sup>th</sup>, 1956.

MARCONI, VIRGÍNIA. *China la longa marcha, de la revolución a la restauración*, Buenos Aires, Editorial Antídoto, 1999.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. *China Statistical Yearbook* 2003.

\_\_\_\_\_, *China Statistical Yearbook*, 2009.

\_\_\_\_\_, *China Statistical Yearbook*, 2010.

PERKINS, Dwight H. China's economic policy and performance. In: TWITCHETT, DENIS & FAIRBANK, JOHN K. *The Cambridge History of China*, Vol. 15 Part 2, Cambridge University Press, New York, 1991.

POMAR, W. *O enigma chinês capitalismo ou socialismo*, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1987.

TEIWIS, FREDERICK C. Establishment and Consolidation of the New Regime, In: RODERICK Mc FARQUHAR & JOHN K. FAIRBANK. *The Cambridge History*

XI Congresso Brasileiro  
de História Econômica

14 a 16 de setembro de 2015 | Vitória/ES

12<sup>a</sup> Conferência Internacional  
de História de Empresas



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA



Departamento de Economia  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

*of China, Vol.14, The People's Republic, Part 1: The Emergence of Revolutionary  
China 1949-1965, Cambridge University Press, Cambridge, 1987.*

ZHAN ZHUANGQING, WANG TIANYI & WANG QIONGJIN. *Rural Development  
and a Harmonious Society*. Foreign Languages Press, Beijing, 2007.